



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1816968 - RS (2019/0152985-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : IARA MARIA AZENHA - SUCESSÃO**  
**RECORRENTE : EVERTON AZENHA E SILVA**  
**RECORRENTE : LINDENMEYER ADVOCACIA E ASSOCIADOS**  
**ADVOGADO : LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTI E OUTRO(S) - RS059893**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

### **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Lindenmeyer Advocacia e Associados e outros em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO EM CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. DIFERENÇA DE 3,17% EM REAJUSTE REMUNERATÓRIO. LIMITE TEMPORAL DOS REFLEXOS DO REAJUSTE DE 3,17%. MAGISTÉRIO. FURG. LEI 9.494/1997, ART. 1º-F. VARIAÇÃO DA TR. INAPLICABILIDADE.1. No caso dos ocupantes de cargos de magistério vinculados à FURG, o limite temporal dos reflexos do reajuste de 3,17%, deferido judicialmente na ACP nº 2006.71.01.004151-0, é estabelecido no momento em que surtiu seus efeitos a Lei 12.702/2012 que, na seção XVIII (arts. 27 a 31), instituiu nova estrutura remuneratória para as carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a vigorar a partir de 1º de março de 2012.2. O Supremo Tribunal Federal, apreciando a constitucionalidade da regra do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, relativamente à liquidação das condenações judiciais, julgou inconstitucional a aplicação da variação da TR para fins de correção monetária em liquidação de débitos judiciais, e constitucional a previsão de incidência dos juros moratórios conforme os juros aplicados aos depósitos em cadernetas de poupança (Recurso Extraordinário repetitivo 870.947, Tema 810). Para fins de atualização monetária, em substituição à TR, é aplicável a variação do IPCA-E, conforme preconizado pelo STF naquele julgamento, e pelo STJ no julgamento dos REsp repetitivos 1492221, 1495144 e 1495146 (Tema 905), em que foi consolidado o entendimento quanto à aplicação das regras infraconstitucionais relativas a juros e correção monetária incidentes nos débitos judiciais.

Os embargos de declaração opostos pela recorrente foram parcialmente providos, nos seguintes termos:

**PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DOS**

FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO EMBARGADO.1. Os embargos de declaração são cabíveis para o suprimento de omissão, saneamento de contradição, esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material no julgamento embargado. A jurisprudência também os admite para fins de prequestionamento.2. Os embargos declaratórios não se prestam à reforma do julgado proferido, nem substituem os recursos previstos na legislação processual para que a parte inconformada com o julgamento possa buscar sua revisão ou reforma.3. Embargos declaratórios da parte agravada/Everton Azenha e Silva improvidos.4. Embargos declaratórios da parte agravante/FURG parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento.

No recurso especial, interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, a parte recorrente sustenta violação do art. 85, §11, do CPC/2015, alegando em síntese que é devida a majoração dos honorários advocatícios diante do êxito no grau recursal.

Apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ:"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal de origem não majorou os honorários advocatícios nos termos do art. 85, §11, do CPC/2015, por entender que a quantia de 10% do valor da causa, já fixada anteriormente, seria o suficiente para remunerar o trabalho do advogado.

Ocorreu que não é essa a leitura a ser feita do supramencionado dispositivo legal. Com efeito, tendo em vista, o disposto no artigo 85, § 11, do CPC impõe-se a majoração dos honorários advocatícios sobre a verba arbitrada na origem.

Cumprе esclarecer ainda, que são devidos os honorários advocatícios mesmo quando não há trabalho adicional do patrono.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO. MOTIVAÇÃO SUBSISTENTE. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 182/STJ. FATOS E PROVAS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. TRABALHO ADICIONAL DO ADVOGADO DO RECORRIDO. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. PREJUÍZO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, incisos I e II, e § ún., II, do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." (Súmula n. 283/STF).

3. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

4. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

5. "É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal (...)" (AgInt nos EREsp 1539725/DF, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017).
6. A modificação do termo inicial de correção monetária e do índice aplicável aos juros moratórios constitui inovação recursal, razão pela qual o pedido não pode ser examinado.
7. "As questões de ordem pública, embora passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, não prescindem, no estreito âmbito do recurso especial, do requisito do prequestionamento" (EDcl no AgRg no REsp 1335854/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 02/08/2016).
8. O julgamento do especial torna prejudicado o agravo interno interposto contra decisão que indeferiu pedido para atribuir efeito suspensivo ao recurso.
9. Agravo interno a que se nega provimento.  
(AgInt no REsp 1724448/AL, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/2020, DJe 26/03/2020)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, dou provimento ao recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator